



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE PARCERIA

Processo nº 12.000/2023

Organização da Sociedade Civil: *Associação Missão Sede Santos*

CNPJ: 05.821.356./0001-00

Emendas Parlamentares nº 245.2

Trata-se de procedimento que tem por objeto a *Inexigibilidade de Chamamento Público*, com vista à celebração de parceria, a ser executada em regime de mútua cooperação, entre o município de Taubaté, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social – SEDIS e a Organização da Sociedade Civil ***Associação Missão Sede Santos***, regularmente constituída, de natureza jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, previamente inscrita no ***Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMDEF***.

I – DO OBJETO:

A parceria destina-se a *aquisição de equipamentos* que contribuirão com as atividades desenvolvidas pela Organização da Sociedade Civil, em atendimento à pacientes / PCD's, adultos e/ou crianças, sem limite de idade, de ambos os sexos, com doença rara e/ou genética em investigação etiológica ou acompanhamento clínico.

O fundamento principal que reza a presente iniciativa é o art. 29 e art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/14, alterada pela Lei nº 13.204/2015, conforme transcrição a seguir:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei. (Grifo nosso)

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no [art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#). (Incluído pela [Lei nº 13.204, de 2015](#))

Neste sentido a legislação facultou a administração pública a dispensar a realização de chamamento público, tendo em vista as premissas presentes nos artigos 29 e 31 da Lei Federal nº13.019/14, alterada pela Lei nº 13.204/2015, que justificam tal procedimento.

II – JUSTIFICATIVA

Considerando que a Constituição Federal instituiu a Emenda Parlamentar como um instrumento pelo qual o poder legislativo participa da elaboração do orçamento anual, visando uma melhor alocação dos recursos públicos (art. 166, § 09 da Constituição Federal);

Considerando a publicação da **LOA (Lei Orçamentária Anual) nº 5.801/2022** e das Emendas Impositivas referentes ao exercício de 2023.



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

Considerando a **Lei Municipal nº5.647, de 19 de julho de 2021, art 29, § 2º**, incisos I e II que definem que a emenda indicará expressamente a entidade beneficiária, e ficará dispensada de chamamento público a beneficiária com expressa indicação em lei:

Art.29 Em atendimento ao § 14 do art.166 da Constituição Federal, com o fim de viabilizar a execução das programações incluídas por emendas individuais de execução obrigatória, serão observados os seguintes procedimentos e prazos:

§ 2º As emendas individuais apresentadas ao projeto de lei orçamentária poderão alocar recursos para organizações da sociedade civil, na seguinte conformidade:

I – a emenda indicará, expressamente, a entidade beneficiária;

II – ficará dispensada de chamamento público a beneficiária com expressa indicação em lei, nos termos do art 29 da Lei Federal nº13.019, de 31 de julho de 2014, devendo, contudo, atender aos demais requisitos, prazos e parâmetros previstos no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil para a celebração dos termos de colaboração e fomento e acordo de cooperação.

Considerando que esta Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social – SEDIS - recebeu a indicação da **Emenda Parlamentar nº 245.2** nos termos e para os efeitos contidos na **Lei nº5.801/2022 (Lei Orçamentária Anual)**, a saber:

Emendas	Descrição	FUNDO	Valor
245.2	Apoiar a entidade Instituto Sede Santos, para custeio do Hospital dos Raros	FUMPED	R\$ 20.000,00

Considerando o **Ofício nº002/ATSUAS/DTSUAS/SEDIS/2023** de 23 de janeiro de 2023 no qual a **Área Técnica do SUAS/SEDIS** comunica ao **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência**, conforme as leis mencionadas acima, o



Prefeitura Municipal de Taubaté

Estado de São Paulo

direcionamento da Emendas Individuais para o **Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência – FUMPED** –, e solicita a este colegiado informações quanto ao regular registro das Organizações da Sociedade Civil que receberam o direcionamento das respectivas Emendas.

Considerando a devolutiva do **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência** via Ofício nº 02/2023 – COMDEF de 02 de fevereiro de 2023, no qual informam a situação cadastral das Organizações da Sociedade Civil, dentre elas a **Associação Missão Sede Santos**, que está apta perante este Conselho a receber recursos públicos.

Considerando que será designado gestor responsável pelas parcerias firmadas entre a Administração Pública Municipal e Organizações da Sociedade Civil sob financiamento do Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência – FUMPED.

Deste modo, considerando que a OSC apresentou Plano de Trabalho justificativa satisfatória para a utilização do recurso da emenda, bem como apresentou as demais documentações necessárias, e demonstra condições para desenvolver as atividades e alcançar as metas estabelecidas, justificamos a Inexigibilidade de Chamamento Público.

A dotação orçamentária da qual correrá a despesa 4838, dotação orçamentária 25.08.4005.2.146.08.242.445042 – Fonte 08 – Cod. Aplicação 5000008 - no valor de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**.

Kátia de Oliveira

Assistente Social/CRESS 40.234
Área Técnica do SUAS

Danielly Jacob Carlos Torres

Gestora da Área Técnica do SUAS

Isabel Cristina Pastorelli Teixeira

Diretora do Departamento Técnico de Administração do SUAS

Gabriel Pinelli Ferraz

Secretário de Desenvolvimento e Inclusão Social